



Ajudante General do Exército

S.



R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL

26

DESPACHO Nº 27/AGE/2024

ASSUNTO: AMNISTIA DAS PENAS DISCIPLINARES POR EFEITO DA LEI N.º 38-A/2023 DE 02AGO

Ref.^a:

- a. Lei n.º 38-A/2023 de 02Ago (Lei que aprova perdão de penas e amnistia de infrações);
- b. Informação/Parecer n.º DSP.GABAP-2023-4690, de 11Set

Considerando:

- a. Que, por ocasião da realização em Portugal da Jornada Mundial da Juventude, foi aprovado um perdão de penas e uma amnistia de infrações pela Lei n.º 38-A/2023, de 02Ago, doravante designada por «Lei da Amnistia», a qual entrou em vigor a 01Set2023;
- b. Que a aplicação da Lei da Amnistia às penas disciplinares aplicadas aos militares, tem naturalmente suscitado dúvidas por parte das U/E/O;
- c. Que, a Direção de Serviços de Pessoal (DSP) elaborou a Informação/Parecer em referência b., tendo apresentado a análise à referida Lei e as suas implicações para o Exército, bem como proposto os procedimentos referentes à tramitação processual a adotar pelas U/E/O, os quais foram sancionados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, em suplência, por seu despacho de 16Nov2023;



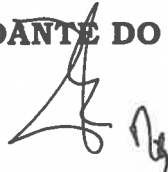
No exercício de competências que me são consignadas pelo artigo 13.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29Dez, na sua redação atual, determino:

1. Tendo em vista a aplicação da amnistia às infrações disciplinares, as U/E/O devem verificar se aquelas infrações preenchem os seguintes requisitos cumulativos:
 - a. Que as infrações tenham sido praticadas até às 190000Jun2023 (alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º da Lei da Amnistia);
 - b. Constituindo simultaneamente ilícito penal, a pena aplicável não pode ser superior a um ano de prisão ou 120 dias de multa (artigos 4.º e 6.º da Lei da Amnistia);
 - c. Não se enquadrem nas exceções do artigo 7.º da Lei da Amnistia (n.º 1, alíneas j) e k));
 - d. A pena a aplicar pela prática da infração disciplinar não seja superior à prisão disciplinar, ou seja, a reforma compulsiva, a separação de serviço e a cessação compulsiva do contrato RV/RC (artigo 6.º da Lei da Amnistia, em conjugação com o artigo 30.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM)).
2. Se o processo disciplinar ainda não foi concluído, as U/E/O devem:
 - a. Se o processo disciplinar se encontra na fase da decisão final, verificar o eventual preenchimento dos requisitos cumulativos elencados no número anterior;
 - b. Caso se verifiquem preenchidos, submeter os autos à entidade disciplinarmente competente para proferir despacho, mediante o qual, fazendo alusão à pena que seria, em abstrato, aplicável ao caso concreto, é determinado o arquivamento do processo disciplinar, com fundamento na extinção da responsabilidade disciplinar do arguido, nos termos do artigo 106.º do RDM;
 - c. Proceder ao averbamento da extinção da responsabilidade disciplinar, remetendo cópia da decisão final para a DSP.
3. Se o processo disciplinar já foi concluído, tendo sido cumprida a pena, mas não foi averbada nos registos, as U/E/O devem verificar se estão preenchidos os requisitos cumulativos descritos em 1. e proceder ao correspondente averbamento da extinção da responsabilidade disciplinar, por motivo de amnistia, remetendo à DSP para efeitos de validação.
4. Se o processo disciplinar já foi concluído, tendo sido cumprida, averbada e homologada a pena no registo disciplinar do militar, a U/E/O detentora do respetivo processo individual deve:
 - a. Verificar se estão preenchidos os requisitos cumulativos descritos em 1.;
 - b. Garantir que ainda se encontram a decorrer os prazos para a anulação das penas por bom comportamento, nos termos do artigo 59.º do RDM, elaborando uma lista com as mesmas, a qual deve ser remetida à DSP para análise e conclusão do procedimento.

5. No caso de se verificar ter ocorrido a anulação da pena por bom comportamento, a cessação do procedimento disciplinar, não produzindo a amnistia quaisquer efeitos, o averbamento da extinção da responsabilidade disciplinar, por motivo de amnistia, apenas opera a requerimento do militar punido, dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército e entregue na U/E/O onde se encontra arquivado o seu processo individual.
6. O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

Porto, 13 de junho de 2024.

O COMANDANTE DO PESSOAL



JOÃO PEDRO RATO BOGA DE OLIVEIRA RIBEIRO
TENENTE-GENERAL

Distribuição: Exemplar N.º 1 - Gab TGEN AGE

Exemplar N.º 2 – Gab CEME

Exemplar N.º 3 – CMDLOG

Exemplar N.º 4 – DFIN

Exemplar N.º 5 – CFT

Exemplar N.º 6 - DARH / CmdPess

Exemplar N.º 7 - DSP / CmdPess

Exemplar N.º 8 - Arquivo